

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Senhores Conselheiros e Administradores da  
**FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO (FHMSC)**  
Rua Manoel Pereira Pinto, nº 300, Vila Rica  
Aracruz - Es  
Cep. 29.194-129

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO (FHMSC)**, doravante denominada “FHMSC” ou “Fundação”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO (FHMSC)**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, consubstanciadas na Norma Brasileira de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1) e nas normas internacionais de relatório financeiro – International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities - IFRS for SMEs, emitidas pelo “International Accounting Standards Boards – IASB”.

### Base para opinião com ressalva

Os bens integrantes do ativo imobilizado não foram submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*), conforme requer a norma contábil NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e a Seção 27, da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. De acordo com informação obtida da administração da Fundação, tal procedimento não foi adotado pelo fato de que aludidos bens estão em vias de serem inventariados para, posteriormente, serem submetidos ao mencionado teste de recuperabilidade. Dessa forma, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente que nos permitisse avaliar se o saldo de R\$ 30.671.275 do ativo imobilizado estava registrado nas demonstrações contábeis por valor superior ou não ao passível de recuperação pelo uso ou venda, bem como, se as despesas com depreciação estavam adequadamente apresentadas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e

cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Ênfase**

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 13, a qual menciona que a Fundação é parte em demandas judiciais nas esferas trabalhista e cível, totalizando os valores em risco de R\$ 250.000 e R\$ 3.272.560, respectivamente, que de acordo com opinião dos seus assessores jurídicos, o prognóstico estimado para o desfecho dos assuntos discutidos é considerado como de possível perda, circunstância que não requer o reconhecimento contábil, mas apenas a sua divulgação. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

### **Outros Assuntos**

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores são apresentados para fins comparativos, também foram examinadas por nós, sendo que em 30 de abril de 2025 emitimos relatório contendo a mesma ressalva citada no presente relatório.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas") e Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da operadora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 27 de abril de 2026.

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S  
CRC-ES 002282/O

Assinado digitalmente por IDERALDO LUIZ  
AGOSTINHO DE MORAES:55969259772  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC Instituto  
Fenacem RFB, OU=(EM BRANCO), OU=RFB  
e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal  
do Brasil - RFB, OU=VideoConferencia, OU=  
01554285000175, CN=IDERALDO LUIZ  
AGOSTINHO DE MORAES:55969259772  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2026.04.27 14:43:26-03'00"  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

**IDERALDO LUIZ**  
**AGOSTINHO DE**  
**MORAES:55969**  
**259772**  
Ideraldo Luiz A. de Moraes  
Contador  
CRC-ES 009503/O-0



**Demonstrações contábeis auditadas**

**FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais (R\$)

ATIVO	Nota	2025	2024
<b>Ativo Circulante</b>		<b>13.130.224</b>	<b>13.970.836</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.243.248	3.186.261
Contas a Receber	4	6.665.210	8.362.543
Estoques	5	1.752.372	1.298.701
Adiantamentos a funcionários	6	1.039.533	973.295
Outros créditos		426.901	149.226
Despesas de exercício seguinte	7	2.961	810
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>31.478.421</b>	<b>28.519.289</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>51.235</b>	<b>6.250</b>
Despesas de exercício seguinte	7		
Depósitos judiciais		51.235	6.250
Outros Créditos		-	265.000
Investimentos		189.338	79.239
Imobilizado	8	30.671.275	27.725.795
Intangível	8	566.572	443.006
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>44.608.645</b>	<b>42.490.125</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**Demonstrações contábeis auditadas**  
**FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO**  
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
Em reais (R\$)

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>29.855.175</b>	<b>23.208.106</b>
Fornecedores	9	2.941.443	2.838.861
Obrigações trabalhistas e sociais	10	5.341.532	3.964.618
Obrigações Tributárias		489.283	267.179
Serviços pessoa física e jurídica a pagar		5.296.192	4.859.714
Recursos de Convênios Subvenção	11	10.445.452	4.229.075
Empréstimos e financiamentos	12	3.119.930	1.412.817
Adiantamentos de Clientes		402.462	1.209.140
Contas a pagar		1.818.882	4.426.701
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>14.859.655</b>	<b>13.966.694</b>
Empréstimos e financiamentos	12	12.990.750	11.741.750
Provisão Contigência	13	1.868.905	2.224.944
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	14	<b>(106.185)</b>	<b>5.315.326</b>
Patrimônio Social		5.315.326	773.736
Superávit/Déficit Exercício		<b>(5.421.511)</b>	<b>4.541.590</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>44.608.645</b>	<b>42.490.125</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



## FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CNPJ 27.108.380/0001-39 | TEL: (27) 3256-9700 / (27) 3256-9773 |  
EMAIL: hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br

SÃO CAMILO

### FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais (R\$)

RECEITAS	2025	2024
Cientes Particulares	1.036.941	970.259
Recurso Municipal (Contratualização)	68.644.359	54.152.605
Recurso Estadual (SESA - UTI)	-	2.179.920
Convênios Planos de Saúde	15.198.896	15.251.006
Outras Receitas Operacionais	3.623.305	7.744.389
Glosas e Contestações	(1.716.546)	(613.991)
	<b>86.786.956</b>	<b>79.684.187</b>
<b>Custos/Despesas Operacionais</b>	<b>(88.754.924)</b>	<b>(72.161.687)</b>
Despesas com Pessoal	(21.922.896)	(17.461.989)
Despesas Serviços de Terceiros	(43.392.364)	(34.748.686)
Materiais e Medicamentos	(15.478.393)	(12.943.472)
Despesas Gerais	(2.459.875)	(2.178.946)
Depreciação/Amortização	(2.425.736)	(2.435.069)
Outras Despesas Operacionais	(3.075.661)	(2.393.526)
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(1.967.968)</b>	<b>7.522.500</b>
Receitas Financeiras	299.028	188.653
Despesas Financeiras	(3.752.571)	(3.169.563)
<b>DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>(5.421.511)</b>	<b>4.541.590</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
Em reais (R\$)

	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Superávit/Déficit do exercício</b>	<b>Total do Patrimônio Social</b>
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<u>3.043.149</u>	<u>(2.269.414)</u>	<u>773.735</u>
Transferência p/ Patrimônio Social			
Superávit do exercício		4.541.590	4.541.590
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<u>3.043.149</u>	<u>2.272.176</u>	<u>5.315.325</u>
Transferência p/ Patrimônio Social			
Déficit do exercício		(5.421.510,60)	(5.421.510,60)
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>	<u>3.043.149</u>	<u>(3.149.335)</u>	<u>(106.186)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais (R\$)

<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO PERÍODO</b>	<b>(5.421.511)</b>	<b>4.541.590</b>
(+) Depreciação e amortização	2.425.736	2.435.069
(+) Provisão para contingências		
(+) Reversão de provisão Contas a Pagar		
(+) Reversão de provisão Contas a Receber		
<b>Superávit/(Déficit) Ajustado</b>	<b>(2.995.774)</b>	<b>6.976.659</b>
<b>(Aumento)/redução nos ativos em:</b>		
Contas a Receber	1.697.334	(5.114.275)
Estoques	(453.670)	(397.279)
Adiantamento a funcionários e terceiros	(66.238)	(760.350)
Outros créditos	(11.267)	(88.603)
Despesas de exercícios seguintes	(2.151)	(607)
Depósitos judiciais	(44.985)	19.102
<b>Aumento/(redução) nos passivos em:</b>		
Fornecedores	102.581	(15.491)
Obrigações trabalhistas e sociais	1.376.914	1.297.217
Obrigações fiscais	222.103	(21.423)
Contas a pagar	(2.607.819)	3.444.115
Serviços de pessoa jurídica a pagar	435.071	(1.334.841)
Adiantamentos de clientes	(806.678)	232.095
Recursos de Convênios em Execução	6.216.377	1.023.241
Provisões contingenciais	(356.039)	(664.610)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais</b>	<b>2.705.757</b>	<b>4.594.948</b>
<b>Fluxos de Caixa das atividades de Investimentos</b>		
Aquisições de imobilizado/Intangível	(6.244.475)	(3.415.394)
Baixa de ativo imobilizado/Intangível	749.691	
Quotas parte de Capital do Banco Sicoob	(110.100)	(16.169)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(5.604.883)</b>	<b>(3.431.563)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Empréstimo e financiamento	2.956.113	411.260
Empréstimos e financiamentos LP		
<b>Caixa líquido proveniente (consumido nas) das atividades de financiamento</b>	<b>2.956.113</b>	<b>411.260</b>
<b>(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalente de caixa</b>	<b>56.987</b>	<b>1.574.646</b>
<b>Demonstração da (redução)/aumento de caixa e equivalente de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.186.261	1.611.615
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.243.248	3.186.261
<b>(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalente de caixa</b>	<b>56.987</b>	<b>1.574.646</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



## **FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO**

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
Em reais (R\$)

---

### **1. Contexto operacional**

A entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado e foi constituída em 15 de abril de 1967, com sede própria na Rua Manoel Pereira Pinto, nº 300, Vila Rica, na cidade de Aracruz, Espírito Santo.

Seu objetivo social é o atendimento médico hospitalar à comunidade, sem distinção de cor, sexo, idade, raça, profissão, nacionalidade, estado civil, credo religioso ou político e condição econômico-social, através das fontes de recursos tais como: SUS, Clientes Particulares, Convênios de Saúde.

A entidade possui patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, sendo a sua utilidade pública, devidamente reconhecida pelos poderes públicos.

A emissão das demonstrações foi autorizada pelo Conselho de Curador em 22 de abril de 2026.

### **2. Base de preparação**

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correspondente ao CPC PME (R1), aplicável às entidades sem finalidade de lucros. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à entidade consiste na mencionada NBC TG 1000 (R1), em conjunto com a Interpretação Técnica Geral ITG 2002(R1) – Entidades sem fins lucrativos.

Tais resoluções estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas da entidade sem finalidade de lucros.

#### **2.2. Principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

##### **(a) Apuração do superávit (déficit)**

O superávit (déficit) do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios significativos inerentes ao serviço são transferidos para o adquirente. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização.

As receitas provenientes de recursos públicos, inclusive de emendas parlamentares, destinados a investimentos não transitam pelas contas de resultado.



#### (b) Instrumentos financeiros

A entidade adotou as disposições da Seção 11 da NBC TG 1000(R1) para fins de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela entidade são: caixa e equivalentes de caixa, faturamentos e créditos a receber, contas a pagar a fornecedores e salários e encargos sociais. Tais instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado considerando, quando aplicável, a taxa efetiva de juros.

#### (c) Ativo circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido quando se trata de recurso controlado pela entidade, decorrente de eventos passados e do qual se estima que resultem benefícios econômicos futuros.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro, em espécie, mantido na entidade e saldos de contas bancárias de livre movimentação.

O faturamento a receber a receber são apresentados pelos valores líquidos de perdas previstas em sua realização, fundamentadas na análise individual da situação de cada contrato, conjugada com a avaliação dos consultores jurídicos da entidade acerca da possibilidade de realização dos créditos, quando aplicável.

Os depósitos judiciais representam recursos vinculados a ações em curso, podendo ter sido efetuados por determinação do respectivo juízo em garantia de futura execução e/ou como garantia para apresentação de recurso a instância superior. Tais valores encontram-se depositados em contas de poupança, porém o respectivo rendimento não é reconhecido contabilmente uma vez que, no deslinde do feito, o correspondente depósito pode ser consignado à parte adversa.

As apurações apresentadas são resultados dos custos de aquisições, deduzidos das cotas de depreciações. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil dos bens. As taxas de depreciações são as seguintes:

Discriminação	Taxa a.a.
Prédios e Edificações	4%
Móveis e Utensílios, Instrumental Técnico Cirúrgico e Laboratorial	10%
Equipamentos de Comunicação, Máquinas e Motores, Ferramentas e Instalações	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	20%

Quanto ao Intangível as apurações apresentadas são resultados dos custos de aquisições, deduzidos das cotas de amortizações. As amortizações são calculadas com base em taxas que levam em consideração a vida útil, que neste caso é de 5 (cinco) anos, portanto a taxa de amortização é de 20%.

#### (d) Passivo circulante e não circulante

Um passivo é reconhecido quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída decorrente de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para a sua liquidação.

As provisões são registradas tendo por base as melhores estimativas da administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.



Os demais passivos são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

**(e) Regime especial de tributação**

A Entidade está imune do pagamento de impostos e contribuições em decorrência de sua atividade notoriamente filantrópica, reconhecida através do Certificado mencionado na Nota 1, por atender aos requisitos contidos na Lei 12.101/09, Lei Complementar nº 187/21, do Decreto nº 7.237/10, e Portaria nº 3.355/10, assim como na alínea “c”, item VI, art. 150, da Constituição Federal, e também, alínea “c”, do item IV, art.9º, do Código Tributário Nacional.

**(f) Doações e subvenções**

As doações e subvenções recebidas exclusivamente para investimento não são reconhecidas como receita no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. Entretanto, para as doações e incentivos destinados para custeio, esses são reconhecidos no resultado.

**(g) Provisões para ações cíveis e trabalhistas**

A Entidade é parte em processos judiciais. As provisões são constituídas para todas as ações cíveis e trabalhistas para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

**3. Caixa e equivalentes de caixa**

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

	<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>
Caixa	6.788	12.818
Bancos conta correntes (sem restrição)	191.408	1
Bancos conta correntes (com restrição)	16.939	439.503
Aplicações financeiras (sem restrição)	62.736	389.885
Aplicações financeiras (com restrição)	2.965.376	2.344.053
	<b>3.243.248</b>	<b>3.186.261</b>



#### 4. Contas a Receber

	<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>
Clientes particulares	138.678	138.852
Plano de Saúde - UNIMED	1.888.490	2.249.125
Plano de Saúde - GOLDEN CROSS	0	273
Plano de Saúde - SAMP	2.339.593	2.304.619
Plano de Saúde - BANESCAIXA	90.752	72.000
Plano de Saúde - CASSI	17.368	8.943
Plano de Saúde - BRADESCO	136.029	181.678
Plano de Saúde - SAÚDE CAIXA	46.980	7.710
Plano de Saúde - PETROBRÁS	10.844	16.388
Plano de Saúde - São Bernardo Saúde	732.822	825.226
Plano de Saúde - C.V.R.D. (PASA)	261.260	152.466
Plano de Saúde - MEDSENIOR	86.771	567.950
Plano de Saúde - AMIL	4.624	22.833
Plano de Saúde - PROVIDA	106.728	45.319
Plano de Saúde - POSTAL SAÚDE	19.118	3.660
Contratualização - Recurso Municipal	2.543.431	3.484.152
Outros Convênios	76.735	49.241
(-) Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	-1.835.011	-1.767.891
	<b>6.665.210</b>	<b>8.362.544</b>

**PECLD – Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa** – São representados por valores a receber, cujos vencimentos ultrapassam mais de 06 (seis) meses. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 contemplam perdas na realização de créditos de R\$ 1.835.011 (2024: R\$ 1.767.891), referente a Recursos de Glosas e outros clientes que receberam a prestação dos serviços médicos e ambulatoriais.

#### 5. Estoques

Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.



## FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CNPJ 27.108.380/0001-39 | TEL: (27) 3256-9700 / (27) 3256-9773 |  
EMAIL: hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br

SÃO CAMILO

	<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>
Estoques	1.752.372	1.298.701
	<b>1.752.372</b>	<b>1.298.701</b>

### 6. Adiantamentos a funcionários e terceiros

	<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>
Antecipações de salários	5.170	2.917
Antecipações de Viagens	0	2.000
Antecipações de férias	7.078	151.408
Adiantº a funcionários (farmácia)	4.345	3.029
Adiantº de piso enfermagem	1.022.940	813.941
	<b>1.039.533</b>	<b>973.295</b>

### 7. Despesas do exercício seguinte

Representada, basicamente, por assinaturas e anuidade, juros pagos antecipadamente que são diferidas pelos prazos dos contratos ou documentos hábeis. Representam valores cujos benefícios serão usufruídos também no decorrer do exercício seguinte, respeitando o princípio da competência.

	<b>Ativo Circulante</b>		<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>Total</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	2.961	810			2.961	810
Saldo	2.961	810	-	-	2.961	810

### 8. Imobilizado e Intangível

#### 8.1. Imobilizado



## FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CNPJ 27.108.380/0001-39 | TEL: (27) 3256-9700 / (27) 3256-9773 |  
EMAIL: hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br

Custo	Taxa de	Posição em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Posição em 31/12/2025
	depreciação (a.a.)					
Terreno		167.689				167.689
Edificações	4%	14.993.137				14.993.137
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.145.063	115.943	26.182		1.234.825
Móveis e utensílios	10%	3.943.438	452.639	480		4.395.597
Inst. Técnico cirúrgico e laboratório	10%	14.430.954	1.830.189	160.318		16.100.825
Equipamento de comunicação	10%	22.481				22.481
Máquinas, motores e ferramentas	10%	1.505.193	43.933			1.549.126
Instalações	10%	931.172	33.698			964.871
Imobilizado em andamento		4.663.810	3.050.813			7.714.623
<b>Total</b>		<b>41.802.938</b>	<b>5.527.215</b>	<b>186.980</b>	<b>0</b>	<b>47.143.173</b>
(-) Prédios e Edificações		5.215.583	551.444			5.767.027
(-) Equip. de Proc. De Dados		379.661	132.251	8.511		503.401
(-) Móveis e Utensílios		1.353.324	323.233	72		1.676.485
(-) Instrumental Cirúrgico		6.246.472	1.237.666	13.453		7.470.685
(-) Equipamento de Comunicação		8.394	1.944			10.338
(-) Máquinas e Equipamentos		545.680	123.218			668.898
(-) Instalações		328.030	47.034			375.064
<b>Total</b>		<b>14.077.143</b>	<b>2.416.790</b>	<b>22.036</b>	<b>0</b>	<b>16.471.898</b>
		<b>0</b>				<b>0</b>
<b>Saldo do imobilizado</b>		<b>27.725.795</b>	<b>3.110.425</b>	<b>164.944</b>	<b>0</b>	<b>30.671.275</b>

## 8.2. Intangível

Custo	Taxa de	Posição em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Posição em 31/12/2024
	amortização (a.a.)					
Software	20%	105.698	560.760	23.987		642.471
Software em andamento		404.260	156.500	560.760		0
(-) Amortização acumulada		-66.952	-8.947			-75.899
<b>Saldo do intangível</b>		<b>443.006</b>	<b>708.313</b>	<b>584.747</b>		<b>566.572</b>

## 9. Fornecedores

Refere-se às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes. A liquidação de tais obrigações está escalonada para o curto prazo.

## 10. Obrigações trabalhistas e sociais



## FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CNPJ 27.108.380/0001-39 | TEL: (27) 3256-9700 / (27) 3256-9773 |  
EMAIL: hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br

SÃO CAMILO

	<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>
Contribuição sindical a recolher	9.807	3.002
IRRF a Recolher	193.631	177.165
Ordenados e salários a pagar	1.968.974	1.600.501
INSS a Recolher	512.710	200.391
FGTS a Recolher	498.743	221.298
Pensão alimentícia / ordem judicial	-	-
Rescisões a pagar	28.940	21.263
Provisões trabalhistas	2.128.727	1.740.997
	<b>5.341.532</b>	<b>3.964.618</b>

### 11. Recursos de convênios em execução

Os contratos públicos de gestão são reconhecidos no ativo em contrapartida do passivo. São realizados no ativo quando de seu recebimento e liquidados do passivo quando da execução dos serviços prestados, gerando assim, despesas e receitas correspondentes, conforme preconiza as normas brasileiras de contabilidade e técnicas gerais 07 (R2) – subvenção e assistência governamental.



## FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CNPJ 27.108.380/0001-39 | TEL: (27) 3256-9700 / (27) 3256-9773 |  
EMAIL: hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br

SÃO CAMILO

	<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>
SICONV - Conv. nº 879365/2018	99.964	115.230
SICONV - Conv. nº 888569/2019	171.790	197.816
SICONV - Conv. nº 885508/2019	154.439	171.234
SICONV - Conv. nº 875995/2018	446.336	13.353
SICONV - Conv. nº 900880/2020	61.058	69.620
SESA Equip. - Termo de Fomento nº 9051/2021	1.450.013	1.561.649
SICONV - Conv. Nº 922295/2021	390.143	440.009
SICONV - Conv. Nº 879093/2022	1.923.015	1.147.044
Sesa Termo de Fomento nº 045.2024	525.105	493.053
SICONV - Conv. nº 889850/2024	866.608	20.068
Sesa Termo de Fomento nº 023.2025	150.661	-
SICONV - Conv. nº 970346/2024	1.935.415	-
Associação Vidas	2.270.906	-
	<b>10.445.452</b>	<b>4.229.075</b>

### 12. Empréstimos e Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subseqüentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	3.119.930	1.412.817	12.990.750	11.741.750	16.110.680	13.154.567
Saldo	3.119.930	1.412.817	12.990.750	11.741.750	16.110.680	13.154.567

### 13. Provisões para ações cíveis e trabalhistas

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade de provisão para as perdas em processos avaliadas como prováveis.



	<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>
Provisão sobre passivos contingentes trabalhistas	1.396.405,17	1.466.405
Provisão sobre passivos contingentes cíveis	772.500,00	758.539
	<b>2.168.905</b>	<b>2.224.944</b>

#### Riscos avaliados como possíveis

O valor das contingências de natureza trabalhista consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade representa o montante de R\$ 250.000 em 2025 (R\$ 150.000 em 2024) e para as contingências de natureza cível os riscos estão estimados como perda possível no montante de R\$ 3.272.560 em 2025 (R\$ 972.560 em 2024). Os processos classificados como perda possível não estão provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

#### 14. Patrimônio Líquido

	<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>
Patrimônio Social	5.315.326	773.735
Superávit (Déficit) do exercício	-5.421.511	4.541.590
	<b>- 106.185</b>	<b>5.315.325</b>

- a) Patrimônio social – O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos objetivos sociais da Entidade e formado pelo superávit e/ou déficits acumulados.
- b) Superávit - Superávit ou Déficit do Exercício, valor a ser incorporado ao patrimônio social, logo após a aprovação de contas da assembléia.

Nos termos da legislação tributária e previdenciária, os superávits devem ser aplicados integralmente na aquisição de bens do ativo imobilizado relacionados com suas operações sociais, sendo admitidas as aplicações financeiras desses recursos enquanto não realizadas essas aquisições.



## **15. Reconhecimento oficial de entidade beneficente da assistência social**

A Entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), regulamentada pela lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que revogou a lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

A Fundação teve seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) **renovado** para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2027, reconhecida através da Portaria nº 3.739, de 27 de janeiro de 2026.

## **16. Trabalho voluntário**

Os itens 19 e 24 da ITG 2002(R1), determinam que o trabalho voluntário prestado à entidade, inclusive pelos membros que integram voluntariamente os órgãos da administração, no exercício das funções de gestão da Fundação, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, como se houvesse ocorrido o desembolso financeiro.

Entidade reconhece o trabalho dos referidos Conselhos como se o desembolso financeiro tivesse ocorrido, e uma respectiva doação, tendo-se então uma Receita e Despesa relativa aos trabalhos voluntários em mesmo montante. O mesmo tratamento é dado aos outros voluntários. Os valores são mensurados ao seu valor justo (valores de mercado). Para o ano de 2024, foi suspenso os trabalhos voluntários, devido uma reestruturação na Entidade.

Os valores mensurados e registrados não foram desembolsados financeiramente pela Entidade, sendo reconhecidos simultaneamente como Receita e Despesa, no Resultado de cada exercício, conforme determina a ITG 2002 (R1), sem efeitos no Superávit/Déficit do Exercício.

## **17. Renúncia Fiscal**

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Fundação goza de imunidade quanto ao pagamento dos impostos federais, estaduais e municipais incidentes sobre seu patrimônio, renda ou serviços, nos termos do Art. 150 da Constituição Federal, art. 9º do Código Tributário Nacional e arts. 181 do Decreto nº 9.580/2018 – Regulamento do Imposto de Renda. Tal imunidade também alcança a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social de que tratam os Arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212/1991. Em relação ao PIS, a Fundação está isenta ao seu pagamento sobre a folha de salários. Atendendo a disposição do item 27 (c) da ITG 2002(R1).

A isenção do Imposto sobre a renda está regulada pelo artigo 182 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9.580/2018).

O custo da isenção das contribuições sociais usufruídas pela Entidade no ano de 2025 foi de aproximadamente R\$ 7.025.457 (R\$ 6.131.458 em 2024), sendo R\$ 3.243.572 de INSS quota patronal em 2025 (R\$ 2.649.259 em 2024), R\$ 2.594.609 de COFINS em 2025 (R\$ 2.390.526 em 2024), R\$ 562.165 de PIS em 2025 (R\$ 517.947 em 2024), R\$ 625.111 de Contribuição Social em 2025 (R\$ 573.726 em 2024).



## 18. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

## 19. Benefícios a empregados

O número de empregados da Entidade existente em 31 de dezembro e respectivos benefícios são os seguintes:

	<u>Em 31 de dezembro de 2025</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2024</u>
Nº de Empregados	568	523
Salários e Ordenados a Pagar	1.968.974	1.600.501
Férias a Pagar	7.078	151.408
FGTS a Pagar	498.743	221.298
	<u>2.474.795</u>	<u>1.973.208</u>

## 20. Resultados Sociais

Conforme requisitos dispostos na Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, especificamente, na seção I, art.4º, a Entidade ofereceu a prestação de seus serviços ao SUS (Sistema Único de Saúde) em números e percentuais a seguir:

### Demonstrativo do cálculo do somatório dos serviços hospitalares e ambulatoriais

RELAÇÃO DE SERVIÇOS	UNIDADE	CONVÊNIO	2025	2024	% SUS
DIÁRIAS DE PACIENTES EM APTOS/ENFERMARIAS	PACIENTE DIA	SUS	34.813	32.157	91%
		CONVÊNIOS/PARTICULAR	3.600	4.942	9%
		<b>TOTAL</b>	<b>38.413</b>	<b>37.099</b>	<b>100%</b>
NÚMEROS DE PACIENTES INTERNADOS	PACIENTES	SUS	7.425	6.461	78%
		CONVÊNIOS/PARTICULAR	2.139	2.209	22%
		<b>TOTAL</b>	<b>9.564</b>	<b>8.670</b>	<b>100%</b>
SERVIÇOS AMBULATORIAIS	EXAME	SUS	25.188	22.808	36%
		CONVÊNIOS/PARTICULAR	45.244	70.800	64%
		<b>TOTAL</b>	<b>70.432</b>	<b>93.608</b>	<b>100%</b>



## FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO

CNPJ 27.108.380/0001-39 | TEL: (27) 3256-9700 / (27) 3256-9773 |  
EMAIL: [hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br](mailto:hospitalsaocamilo@hospitalsaocamilo.org.br)

<b>FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO</b>	<b>FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO</b>
RUBENS FELIX	CONTADORA: MARCELA P. G. MARQUES MOÇO
CPF: 002.609768-06	CPF: 069.143.047-00
SUPERINTENDENTE EXECUTIVO	CRC: ES-013847-O

# FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO – FHMSC

CNPJ nº 27.108.380/0001-39

Rua Manoel Pereira Pinto, nº 300 – Vila Rica – Aracruz/ES – CEP 29.194-129

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025

### 1. Introdução

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO – FHMSC, abaixo assinados, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, reuniram-se para examinar as Demonstrações Contábeis da Fundação, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Relatório do Auditor Independente, emitido pela D'Agostini Consultoria e Auditoria S/S, datado de 27 de abril de 2026.

### 2. Documentos examinados

No curso dos trabalhos, foram analisados os seguintes documentos:

- Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025, comparado com 2024;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;
- Relatório do Auditor Independente, com opinião com ressalva.

### 3. Principais indicadores patrimoniais e de resultado

Para subsidiar a análise, sintetizam-se a seguir os principais valores das demonstrações contábeis examinadas:

Indicador (R\$)	2025	2024
Total do Ativo	44.608.645	42.490.125
Ativo Circulante	13.130.224	13.970.836
Imobilizado	30.671.275	27.725.795
Passivo Circulante	29.855.175	23.208.106
Passivo Não Circulante	14.859.655	13.966.694
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(106.185)</b>	<b>5.315.326</b>
Receitas Operacionais	86.786.956	79.684.187
Custos / Despesas Operacionais	(88.754.924)	(72.161.687)

Indicador (R\$)	2025	2024
Superávit / (Déficit) do Exercício	(5.421.511)	4.541.590

#### 4. Análise das demonstrações contábeis

**4.1. Posição patrimonial e financeira.** O total do ativo apresentou crescimento de aproximadamente 4,99% em relação ao exercício anterior, passando de R\$ 42.490.125 para R\$ 44.608.645, em razão, principalmente, do aumento do ativo imobilizado em decorrência das aquisições realizadas no exercício, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 8.

**4.2. Endividamento e liquidez.** Verifica-se elevação significativa do passivo circulante, que passou de R\$ 23.208.106 em 2024 para R\$ 29.855.175 em 2025 (aumento de 28,64%), com destaque para os Recursos de Convênios e Subvenção (R\$ 10.445.452) e o crescimento das obrigações trabalhistas e sociais. O capital circulante líquido apresenta-se negativo em R\$ 16.724.951, indicando desequilíbrio entre obrigações de curto prazo e recursos disponíveis para sua liquidação, situação que demanda atenção especial da Administração quanto à gestão do fluxo de caixa.

**4.3. Resultado do exercício.** A Fundação apurou déficit no exercício de 2025 no montante de R\$ 5.421.511, em contraste com o superávit de R\$ 4.541.590 registrado em 2024. Embora as receitas tenham crescido 8,91% (de R\$ 79.684.187 para R\$ 86.786.956), os custos e despesas operacionais cresceram em proporção significativamente superior (22,99%), com elevações relevantes nas Despesas com Serviços de Terceiros (24,87%), Despesas com Pessoal (25,55%) e Materiais e Medicamentos (19,58%). Recomenda-se à Administração a adoção de medidas para reequilíbrio entre receitas e despesas operacionais.

**4.4. Patrimônio líquido.** Em decorrência do déficit apurado, o Patrimônio Líquido passou de R\$ 5.315.326 (positivo) em 2024 para R\$ (106.185) negativo em 2025, situação que requer especial monitoramento e a definição, pela Administração, de plano de recomposição patrimonial.

**4.5. Fluxo de caixa.** O fluxo de caixa das atividades operacionais foi positivo em R\$ 2.705.757, beneficiado pelo aumento de Recursos de Convênios em Execução (R\$ 6.216.377). Os investimentos em imobilizado e intangível consumiram R\$ 5.604.883, financiados parcialmente pela contratação líquida de empréstimos (R\$ 2.956.113). O caixa e equivalentes encerraram o exercício em R\$ 3.243.248, em patamar próximo ao do exercício anterior.

**4.6. Contingências.** Conforme Nota Explicativa nº 13, a Fundação possui provisão constituída para riscos avaliados como prováveis no montante de R\$ 1.868.905. Adicionalmente, registram-se contingências classificadas como de perda possível, não provisionadas, no valor de R\$ 250.000 (trabalhistas) e R\$ 3.272.560 (cíveis), conforme avaliação dos assessores jurídicos da entidade.

**4.7. Imunidade tributária e CEBAS.** Verificou-se que a Fundação manteve regular sua condição de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovado pela Portaria nº 3.739, de 27 de janeiro de 2026, com vigência de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2027. O custo da isenção das contribuições sociais usufruído no exercício foi de aproximadamente R\$ 7.025.457, atendido o requisito de aplicação dos recursos nas finalidades estatutárias e o atendimento ao SUS nos percentuais exigidos pela legislação aplicável.

## **5. Considerações sobre o Relatório do Auditor Independente**

O Conselho Fiscal tomou ciência do Relatório do Auditor Independente emitido pela D'Agostini Consultoria e Auditoria S/S, o qual apresenta opinião com ressalva, em razão de os bens integrantes do ativo imobilizado, no montante de R\$ 30.671.275, não terem sido submetidos ao teste de recuperabilidade (impairment), conforme exigido pela NBC TG 01 (R4) e pela Seção 27 da NBC TG 1000 (R1).

Conforme informação prestada pela Administração e registrada no relatório de auditoria, tal procedimento não foi adotado em razão de os referidos bens estarem em vias de serem inventariados para posterior submissão ao teste de recuperabilidade. Este Conselho recomenda à Administração a conclusão do inventário e a realização do teste de impairment em prazo razoável, de modo a permitir a remoção da ressalva no próximo exercício.

Quanto ao parágrafo de ênfase relativo às demandas judiciais classificadas como de perda possível, este Conselho considera que as divulgações efetuadas em nota explicativa atendem às práticas contábeis aplicáveis, não havendo reparos a apresentar.

## **6. Recomendações**

Em decorrência da análise efetuada, o Conselho Fiscal recomenda à Administração:

- Concluir, com a brevidade possível, o inventário do ativo imobilizado e a aplicação do teste de recuperabilidade (impairment), com vistas a sanar a ressalva apontada pelo auditor independente;
- Apresentar plano de equilíbrio econômico-financeiro, com medidas de contenção de custos operacionais e diversificação de receitas, visando à recomposição do patrimônio líquido;
- Reforçar o monitoramento do capital circulante líquido e a gestão do fluxo de caixa, considerando o crescimento do passivo circulante e o nível de endividamento;
- Manter o acompanhamento periódico das demandas judiciais classificadas como perda possível, reavaliando a suficiência das provisões constituídas;
- Assegurar a continuidade do cumprimento dos requisitos exigidos para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

## **7. Conclusão e Parecer**

Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório do Auditor Independente, o Conselho Fiscal é de parecer que as Demonstrações Contábeis da

FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO CAMILO – FHMSC, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, ressalvado o assunto descrito no item 5 acima, retratam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, **com atenção especial à necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro da entidade, diante dos indicadores de liquidez e do patrimônio líquido negativo observados no exercício.**

Diante do exposto, e observadas as recomendações registradas no item 6, o Conselho Fiscal opina favoravelmente ao encaminhamento das referidas Demonstrações Contábeis ao Conselho Curador para apreciação e aprovação.

Aracruz/ES, 30 de abril de 2026.

KASSILA SPINASSE  
SONEGHETI:057465  
92773

Assinado de forma digital por  
KASSILA SPINASSE  
SONEGHETI:05746592773  
Dados: 2026.04.30 15:35:29 -03'00'

---

KASSILA SPINASSE SONEGHETI — *Presidente do Conselho Fiscal*  
CPF: 057.465.927-73

KARINA SPINASSE  
SONEGHETI:1221  
8794721

Assinado de forma digital  
por KARINA SPINASSE  
SONEGHETI:12218794721  
Dados: 2026.04.30 15:37:03  
-03'00'

---

KARINA SPINASSE SONEGHETI — *Membro do Conselho Fiscal*  
CPF: 122.187.947-21

JOANA RONI  
COSTA:0745634672  
0

Assinado de forma digital por  
JOANA RONI  
COSTA:07456346720  
Dados: 2026.04.30 16:45:45  
-03'00'

---

JOANA RONI COSTA — *Membro do Conselho Fiscal*  
CPF: 074.563.467-20